

POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO: RELATOS E EXPERIÊNCIAS NA CRECHE PEDACINHO DO AMOR- GURINHÉM- PB

José Romário Araújo da Silva – UEPB¹

Jromario.dilva@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao analisar a criança negra entre o final do século XIX e início do XX percebemos as diversas facetas que compunham esse cenário brasileiro, que evidenciava uma desqualificação da mesma, ocorrendo desse modo, uma categórica marginalização, e acepção de indivíduos, acarretando prejuízos que eram inerentes aos negros, haja vista que, em fins da escravidão e pós a mesma, essas pessoas continuaram à margem dentro dessa sociedade que insistia em definir lugares e papéis sociais, de maneiras distintas entre brancos e negros.

Perceber essa realidade discrepante é não negar um passado histórico que usurpou e “tirou” da população negra, sua religião, cultura e acima de tudo tentou incutir paradigmas eurocêntricos. Obviamente o europeu não fez apenas isso, mas quis aniquilar esse povo ao criar uma teoria eugenista de branqueamento, onde um país só seria considerado desenvolvido se apenas os brancos existissem, pois segundo a teoria ser preto era sinônimo de atrasado, incivilizado, pobre, analfabeto, sem cultura e de religiões demoníacas. Foi nessa perspectiva que o eugenismo² foi criado, para que o Brasil chegasse ao estágio de civilização, a exemplo dos Países Europeus. Portanto o que justifica a entronização de migrantes Europeus em nosso País.

Ao refletir sobre o preconceito étnico-racial nos espaços escolares sublinhamos aspectos que nos possibilita entender a concretude dessas disparidades existentes entre brancos e negros, no que cerne ao currículo. O mesmo foi uma ferramenta propulsora de ideologias dominantes, numa ótica cristalizada pronta e acabada, que não valorizava e enxergava o diferente como importante dentro dessa atmosfera de singularidades e heterogeneidades que compõe o âmbito escolar. Pensar em currículo é acima de tudo valorizar a diversidade cultural existente no espaço escolar, é também contemplar as

¹ Graduado em História- UEPB, Pós-graduando em Educação Étnico-Racial na Educação infantil-UEPB.

² Ciência que estuda as condições favoráveis à manutenção e preservação da qualidade da espécie humana.

diversas etnias existentes corroborando para a construção de identidades que se assumam como diferentes, mas não piores ou melhores do que outras. Cabe a instituição e a todos que compõe esse espaço, perceberem a importância de cada criança com suas especificidades.

Nesse artigo discutiremos como essa História muitas vezes foi construída numa mesma dimensão, direcionando um olhar abrupto para com aqueles considerados inferiores, entre eles os de origem africana, e enfatizando de forma heroica o europeu considerado superior e melhor do que as outras etnias. Nesse viés pretendemos compreender e trazer para nossas práticas elementos que sensibilizem uma postura diferente de diretores (as), professores (as) e de todos que de modo direto ou indireto estão inseridos nesse lugar social. Pautando-se nessa linha de raciocínio buscamos elementos que nos direcione para uma compreensão ampla dessa realidade que por muito tempo se perpetuou a educação brasileira, e que esteve atrelada a um ensino rigoroso, que se pautava numa educação racista e cheia de estereótipos para com os de origem afro-brasileira.

Nessa mesma dimensão buscamos trabalhar a inclusão de crianças de um ano e meio a quatro anos de idade na creche Pedacinho Do Amor Boqueirão de Gurinhém PB. Direcionamos o nosso olhar para com elas buscando refletir o currículo da creche que ainda não contemplava a diversidade existente neste espaço educacional. A partir daí percebemos uma identificação das crianças, quando as mesmas se sentiram parte dessa História, quando foram trabalhados materiais didáticos que delineamos como importantes na construção dessas identidades em formação. A Seguir discutiremos aspectos inerentes a História do Brasil em fins do século XIX e início do século XX, onde compreenderemos a criança negra na sua totalidade, onde a mesma sofreu repressão por parte de seu dono e Senhor e que quando adentra o espaço escolar é vista com maus olhos, não sendo valorizada.

A Criança Negra Na Sociedade Brasileira entre o Século XIX e Início Do XX

Refletir sobre a criança negra é um desafio, pois entender historicamente os princípios que nortearam sua exclusão é acima de tudo compreender a sociedade naquele período histórico, é refletir sobre os paradigmas existentes de família, de comportamentos, de religião, de cultura e entre outros elementos que formaram o Brasil

na sua totalidade. Ao analisar meninos e meninas negras é importante perceber como eram as relações entre escravos e senhores no período imperial e posteriormente na primeira república, e ao adentrar os âmbitos escolares, sendo visto com maus olhos, pois mesmo tendo direito de estudar a população negra era marginalizada, ao termino da escravidão não houve uma política pública de inserção social, pelo contrário, essas pessoas foram empurradas para as periferias das grandes cidades, sem emprego e perspectiva de vida, muitos acabam entrando na criminalidade, por isso no início da república a elite que “aceita” as crianças negras na escola repugna os mesmos. Segundo Fonseca (2005) ao analisar essa população nas escolas Mineiras no Século XIX, percebe-se que esses sujeitos revestem-se de mecanismos e estratégias de enfrentamento, onde há uma sociedade racista e hierarquizada, por isso a importância de terem sua afirmação no espaço social. Mais uma vez Marcus Vinícius Fonseca analisa as instituições Mineiras e constata que:

O fato de encontrarmos um número significativo de afrodescendentes nas escolas não nos encaminha para a constatação de um caráter democrático e nem tampouco para a ausência de preconceito nos espaços escolares da sociedade Mineira oitocentista. Nas listas elaboradas por professores, às quais fizemos referência no momento em que construíamos a problemática investigada neste texto, encontramos uma hierarquia dos grupos presentes na escola. Invariavelmente os professores listavam primeiro as crianças brancas, em seguida as pardas e por fim, os crioulos, pretos e cabras. Este procedimento demonstra que a escola operava com uma hierarquia racial que conferia aos brancos um status maior. Outra dimensão que reafirma o preconceito racial na escola é o fato de que os afrodescendentes eram maioria na escola de primeiras letras, mas nos níveis mais elevado do ensino os brancos predominavam. Este fato demonstra que havia um filtro no sistema educacional que dificultava o acesso dos afrodescendentes aos níveis mais elevados do ensino. Processo muito semelhante ao que encontramos na atualidade (FONSECA, 2005, p.110).

Fonseca (2005) afirma que há um caráter etnocêntrico e de forte disciplina onde os brancos tentaram desqualificar os sujeitos que eram diferentes à cultura eurocêntrica, onde segundo ele a escola tinha um paradigma a ser seguido, e que combatia as culturas tidas como “perigosa”, ou seja, o povo afro-brasileiro. Na percepção de Mariléia dos Santos Cruz:

Apesar de a História da educação brasileira ter funcionado como um dos veículos de continuísmo da reprodução do tratamento desigual relegado aos negros na sociedade brasileira, não se pode negar que existe uma História da educação e da escolarização das camadas afro-brasileiras (CRUZ, 2005, p.30).

A autora mostra-nos que realmente existiu uma escolarização para essas camadas populares, mesmo havendo uma disparidade entre essas etnias. No século XIX leis vão serem criadas no intuito de não incluir os negros escravizados no sistema educacional apenas uma minoria liberta, que apesar de está nas escolas não têm condições de continuar seus estudos. Para Geraldo da Silva e Marcia Araújo:

[...] A população escrava era impedida de frequentar a escola formal, que era restrita, por lei, aos cidadãos brasileiros- automaticamente esta legislação (art.6, item 1 da constituição de 1824) coibia o ingresso da população negra escrava, que era, em larga escala, africana de nascimento. Ainda no século XIX surgiram as primeiras faculdades de medicina, odontologia, engenharia e direito, esta última fundada no ano de 1827 em São Paulo. Apesar dos subsídios do Estado, este ensino possuía um custo altíssimo, e era destinado quase que exclusivamente às classes sociais privilegiadas para a formação de profissionais de alto nível que iriam exercer as funções do capital e as funções políticas no país (SILVA, ARAÚJO, 2005,p.68).

Silva e Araújo (2005) ressaltam que a escola sempre esteve nas mãos dessa elite, que usou de mecanismos excludentes que permearam esse espaço, a fim de selecionar incluindo e excluindo aqueles a quem se achasse necessário. Ao analisar as escolas Paulistas os autores afirmam que:

A interdição dos negros nos espaços de conhecimento, nos séculos XIX e XX, comprova que a educação escolar paulista que poderia acelerar a transformação do horizonte cultural transplantando para uma sociedade mais igualitária transformou-se, equivocadamente, num critério de seletividade entre negros e brancos (SILVA, ARAÚJO, 2005, p. 75).

Nas palavras de Barros (2005) o acesso à escola em São Paulo era um elemento de manutenção do poder por parte dos brancos, onde “[...] a escola não era legalmente proibida aos negros, mas sua presença era vedada através de mecanismos sutis de discriminação” (BARROS, 2005, p. 91). Surya sublinha que:

Assim como ter de provar que eram livres, durante a vigência da escravidão, diversos outros mecanismos foram acionados para dificultar o ingresso e a permanência de alunos negros na escola, mesmo após o fim da escravidão. Depoimentos mostram que falta de ‘vestimentas adequadas’, ausência de um adulto responsável para realizar a matrícula, dificuldades para adquirir material escolar e merenda, por exemplo, eram empecilhos enfrentados por alunos negros, presentes durante o século XIX, permaneceram nas primeiras décadas do século XX, no mesmo período em que aconteciam os debates acerca da importância da disseminação da educação popular (BARROS, 2005, p.85).

Segundo Felipe e Teruya (2007) a escola pública na primeira república tinha um teor nacionalista e patriótico, forjando um ideal de homem e mulher brasileiro(a),

formando dessa forma uma identidade nacional, onde o ex- escravo ficou à margem dessa constituição de identidade brasileira. “[...] A escola pública em sua gênese não contemplou o negro brasileiro e o Estado não viabilizou a sua inclusão durante o período de 1889 a 1930. Isso não significa que o ex- escravo não encontrou alguma forma de lutar contra a discriminação e exclusão social” (FELIPE, TERUYA, 2007, p.119).

Segundo Fonseca (2002) no período escravista antes das primeiras escolas existirem, as crianças negras sofreram uma educação disciplinadora com muita rigidez, onde desde cedo o indivíduo era educado a cumprir normas, ou seja, condutas condizentes com a sua condição de cativo. Para ele:

A criança escrava, para o pleno cumprimento das obrigações inerentes à sua condição, deveria ser preparada para tomar parte das injustas relações sociais que caracterizavam o mundo escravista, e acreditamos que essa preparação ocorria através de procedimentos que podem ser entendidos como educacionais (FONSECA, 2002, p.127).

Fonseca (2002) afirma que existia uma formação pedagógica onde as crianças recebiam conteúdos necessários para sua condição de cativo, e para que percebesse sua função como objeto de trabalho que precisa engendrar mecanismos pautados sob a ótica senhorial. Marcus Vinícius afirma que:

O processo de aprendizagem na educação tradicional operava-se numa linha de continuidade com o mundo privado, tendo na impregnação proporcionada pelas vivências do cotidiano seu principal mecanismo de transmissão dos conteúdos de uma geração para outra. Nessa perspectiva, entendemos que era na convivência com os senhores e, sobretudo, com os adultos que a criança tomava conhecimento de sua condição e todas as implicações que isso representava (FONSECA, 2002, p.140).

Segundo Fonseca (2002) muitas das crianças desempenhavam funções que eram pertinentes ao seu dia -a -dia, e que muitas delas eram conhecidas pelas suas tarefas, como Chico Roça, João Pastor e Ana Mucama. Enfim meninos e meninas negras foram assolados e degenerados sob o prisma europeu que fez do africano e seus descendentes meros objetos “estáticos”.

A seguir discutiremos sobre o preconceito racial nas instituições de ensino, onde pauta-se na eminência de um currículo excludente que não valoriza a diversidade étnica racial.

O PRECONCEITO RACIAL NO ESPAÇO ESCOLAR E O CURRÍCULO EXCLUDENTE

Discutir o preconceito racial no espaço escolar é acima de tudo compreender os diversos dispositivos que ferem e distorcem com ideologias transcendentais, onde negros, são vistos como inferiores e sem importância dentro desta sociedade hierarquizada.

Segundo Moreira (2010) nós somos frutos de uma educação eurocêntrica, que faz-nos reprodutores de preconceitos e estereótipos que permeiam nossa sociedade. Moreira também salienta que muitos professores (as) têm dificuldade em lidar com a diversidade étnica cultural, muitas vezes por despreparo, faltando-lhes formação necessária para discutir tais assuntos, utilizando-se do mito da democracia racial³. Para ele:

Dentro do processo escolar, a criança ou o jovem são tratados como se não houvesse uma História antes da inserção desses indivíduos num meio social que por si só já se manifesta conflitante que é a escola, sobretudo por que maioria das vezes não há uma compatibilidade com os aprendizados, os valores e costumes sociais arraigados pela criança no seu núcleo familiar, ou seja, não há uma valorização desses aprendizados por parte da escola, via de regra esse indivíduo será submetido a padrões totalmente diversos que muitas vezes irá suprimir seus valores culturais e concomitantemente será ‘estuprado culturalmente’ (MOREIRA, 2010, p.4-5).

O estupro cultural do qual o autor discute é justamente o silenciamento desses sujeitos que não são valorizados, onde a sua História não faz parte desse currículo que exige e dilui os indivíduos, não respeitando o conhecimento empírico desse aluno (a), levando a um total desinteresse por esses conteúdos que nada têm a ver com a sua realidade cotidiana. Ao analisar a História dos negros nas escolas, Moreira percebe que:

[...] as crianças convivem na escola com uma ideia distorcida desse grupo social, haja vista que para eles o negro já vivia na condição de escravo antes de ser aprisionado pelos traficantes negreiros, antes de vir para o Brasil. Tendo como forma linear o nosso raciocínio podemos perceber que a identidade do negro também é negada pelo fato também de haver poucos referenciais negros em cargos de expressão no país, não obstante, as referências são sempre de pobreza, miséria e somando-se a isso os estereótipos aprendidos na família, com os colegas e reforçado pela escola e pelos meios de comunicação (MOREIRA, 2010, p. 7-8).

³ A ideia de que o Brasil era uma sociedade sem “linha de cor”, ou seja, uma sociedade sem barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas de cor a cargos oficiais ou a posições de riqueza ou prestígio [...]. (GUIMARÃES, 2002, p.34)

Ao observar crianças de 0 a 8 anos de idade, em uma escola, Moreira (2010) afirma que o silêncio do corpo docente é visível quando presencia pseudos do tipo, “nego do leite” Zé de búia, nego do ebó e entre outros apelidos que denigre a imagem do afro-brasileiro. Segundo ele ao atentar para os materiais didáticos percebe que há uma ausência de conteúdos e gravuras que coloque o ser negro em evidência onde se resume a coloca-lo como subalterno empregado doméstico, escravos e etc. Moreira sublinha que:

Com isso, posso afirmar que o silêncio presente nas escolas relacionado ao debate sobre questões como preconceito, discriminação e racismo afetará no processo de construção social, no desenvolvimento cognitivo das crianças e jovens negros, como também estará contribuindo para a formação de crianças e jovens brancos com um sentimento de superioridade (MOREIRA, 2010, p.13).

Segundo Perini e Belle (2011) é preciso ter uma valorização das diversas culturas existentes, onde devem ser incluídas dentro do currículo escolar, ressaltando a importância de cada uma para a construção dessa sociedade, “[...] dando atenção às ‘minorias’, às diferenças de gênero, de classe, de raça e de etnia. (PERINI, BELLE, 2011, p.06) Nas palavras de Botelho:

Aspectos da cultura afro-brasileira precisam ser percebidos e explorados por todos e todas que participam do sistema educacional brasileiro, como estratégia para minimizar os preconceitos, as discriminações e o racismo que imperam em nossa sociedade atingem, sobretudo, estudantes negros e negras de nosso país (BOTELHO, 2007, p. 178).

Segundo Trindade (2004) é preciso tirar do esquecimento a memória individual e coletiva do povo afro-brasileiro, desse modo à educação terá um ideal democrático, onde todos sejam inseridos, como agentes históricos que constrói sua própria História de forma eficaz, como verdadeiros protagonistas. No seu entender:

Desnaturalizar a concepção de criança escrava, como algo quase biológico, fechado, etiquetado, e olhá-las como crianças que foram, sim, escravizadas ontem e hoje, parecem-me fundamental. Fundamental para desnaturalizar o lugar de subalternidade, de marginalidade, de exclusão ao qual tentam colar, aprisionar nossas crianças. Fundamental para reafirmar o compromisso e o débito social de garantir-lhes sua infância, seu direito de brincar, de sorrir, de ter orgulho da sua memória e do seu povo (TRINDADE, 2004, p.145).

Lima (2011) afirma que a educação é uma grande aliada na luta contra os preconceitos raciais, segundo ela a escola é o local que não pode negar os conhecimentos produzidos pela humanidade, e que situações de preconceito deveriam ser debatidas com mais intensidade, mais infelizmente isso não ocorre, havendo um

silenciamento por parte dos profissionais da educação infantil. Ao relatar sua pesquisa em uma escola do interior de Goiás, Lima diz que:

Percebemos que muitas crianças negras, na instituição de EI, ainda sofrem preconceitos, tanto por profissionais da instituição como das próprias crianças que estão ali inseridas, como por exemplo, a cor da pele, do cabelo, dentre outros. Vimos o professor não se manifestar diante de determinadas situações que ocorreram durante nossas observações; o silêncio do professor, quando ocorre manifestações de preconceito racial, mostra o despreparo para lidar com situações de discriminações raciais (LIMA, 2011, p.9).

De acordo com as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro- Brasileira e Africana:

[...] A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política. O racismo, segundo o artigo 5º da constituição brasileira, é crime inafiançável e isso se aplica a todos os cidadãos e instituições, inclusive, à escola (BRASIL, 2004, p. 16).

Eliane Cavalleiro faz uma análise sobre como essas crianças deveriam ser contempladas no espaço escolar. Para ela:

Compreende-se que o reconhecimento positivo das diferenças étnicas deve ser proporcionado desde os primeiros anos de vida. Para tornar a pré-escola um espaço positivo ao entendimento das diferenças étnicas, é necessário observarmos o processo de socialização atualmente desenvolvido no espaço escolar, que, conforme demonstrado por diversos estudos e pesquisas, parece ignorar essa questão. Contudo, a educação infantil não pode esquivar-se do dever de preparar o indivíduo para a existência das diferenças étnicas, já que ela, inevitavelmente, permeará a sua relação com os demais cidadãos (CAVALLEIRO, 2000, p.26).

Enfim, o preconceito e o currículo excludente deve ser exonerado de nossa sociedade, pautando-se no respeito a diversidade existente em nosso país, e nos espaços escolares. A seguir abordaremos a experiência empírica vivenciada na creche Pedacinho Do Amor, onde trabalhamos na perspectiva da inclusão e afirmação de meninos e meninas negros (as).

MEDIDAS AFIRMATIVAS NA CRECHE PEDACINHO DO AMOR

Pensar em medidas afirmativas de inclusão é acima de tudo compreender as mudanças feitas no âmbito educacional que aferiram em uma “grande guinada” na

educação brasileira. Como fator preponderante para chegarmos a esses direitos, ressaltamos a criação da lei 10.639/2003. A mesma é sem dúvida oriunda de muitas lutas travada pelo movimento negro para se afirmar e serem reconhecidos dentro dessa História, que não inseria o negro, mas utilizava-se de mecanismos excludentes atrelado a um paradigma europeu. É nessa ótica que trabalhamos um currículo que contempla a diversidade. Na minha experiência de Monitor de creche luto todos os dias para que minhas crianças se sintam valorizadas, cada uma com suas especificidades e singularidades.

Ao começar a trabalhar a referida lei, trazemos elementos que não eram citados, como por exemplo: desenhos de meninos (as) que valoriza as diversas cores de pele, não apenas a branca, conscientizando a direção sobre as pinturas inseridas na parede, e a inserção de desenhos que valorizam a pluralidade cultural, sob a perspectiva multicultural. Também percebemos os livros de literatura infantil, que primam sob a ótica eurocêntrica, como Branca de Neve, Cinderela, a Bela Adormecida, em oposição a esses trouxemos Kiriku e a Feiticeira, A bonequinha Preta, As Meninas Negras, O Cabelo de Lê lê. Bonecas que em sua maioria são brancas e apenas uma é negra, também foi questionado esse condicionante, buscando mudar essa supremacia eurocêntrica. Foram mudanças como estas que pudemos perceber como essas crianças se sentiram parte dessa História, ou seja, valorizadas por verem protagonistas negros. De trinta crianças que frequentam a creche, vinte e quatro são pretas e pardas e apenas seis são brancas, mostrando desse modo que nesse âmbito educacional estava ocorrendo à presença de um currículo que contemplava apenas uma parcela, e não a sua totalidade, havendo uma grande disparidade entre brancos e negros. Segundo Eliane Cavalleiro:

O entendimento da problemática étnica no cotidiano da educação infantil é condição sine qua non para se pensar um projeto novo de educação que possibilite o desenvolvimento e a inserção social dos futuros cidadãos da nação brasileira, desenvolvendo neles um pensamento menos comprometido com a visão dicotômica de inferioridade/ superioridade dos grupos étnicos. A possibilidade de as crianças receberem uma educação de fato igualitária, desde os primeiros anos escolares, representa um dever dos profissionais da escola, pois as crianças dessa faixa etária ainda são desprovidas de autonomia para aceitar ou negar o aprendizado proporcionado pelo professor (CAVALLEIRO, 2000, p.38).

É uma educação como essa que precisa ser trabalhada em creches e escolas, onde o educador norteará sua prática pautada na reflexão, pois é preciso assumir o papel de mediador e construtor de conhecimentos que devem valorizar a experiência do aluno

(a), de forma que todos se sintam “abraçados” na construção de uma igualdade étnica racial. Para Chagas:

Apesar do aspecto multicultural do Brasil, a perspectiva de educação que predominou, durante anos, no sistema escolar brasileiro, excluiu a História e a cultura afro-brasileiras do currículo escolar, o que fez com que a escola e a sociedade se acostumassem com a invisibilidade a que as pessoas negras foram submetidas. Afinal, perdurou o eurocentrismo como referência para se pensar o Brasil e formar cidadãos (ãs), negros (as) e brancos (as), mas não sabemos- ou sabemos pouco- sobre as Histórias e as culturas afro-brasileiras. A escola, quando não fez menção às pessoas negras no Brasil, reforçou a tese de que elas não se desenvolveram como civilizações, logo, não tinham Histórias e culturas dignas de comporem o currículo escolar (CHAGAS, 2012, p.25).

Essa História que foi silenciada não pode continuar esquecida, pois muitos discentes precisam conhecê-la para ter um referencial histórico, que seja pertencente ao seu grupo social. Dessa forma, fazê-lo dinamizar todos esses conceitos e aplica-los positivamente na sua construção social, cultural, política e religiosa como sujeito participe de uma história que é contada e pautada no dia a dia do espaço escolar:

Essas mesmas crianças têm o direito de ser e se sentir acolhidas e respeitadas nas suas diferenças, como sujeitos de direitos. Sua corporeidade, estética, religião, gênero, raça/etnia ou deficiência deverão ser respeitadas, não por um apelo moral, assistencialista ou religioso, mas sim porque essa é a postura esperada da sociedade e da escola democrática que zelam pela sua infância. Por isso, as ações e o currículo da educação infantil deverão se indagar sobre qual tem sido o trato pedagógico dado às crianças negras, brancas e de outros grupos étnicos raciais, bem como suas famílias e Histórias (BRASIL, 2014, p.15).

Segundo o Referencial Curricular Nacional Para A Educação Infantil:

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação (BRASIL, 1998, p. 23).

Elementos da cultura significa ratificar perspectivas socioculturais, ou seja, aferir importância a todos que frequentam esse âmbito educacional, problematizando e enfatizando as diversas pluralidades existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutirmos sobre as políticas de ações afirmativas em nosso país, trouxemos um breve histórico das distorções com as crianças negras e educação sem inclusão, desde o século XIX com a escravidão, passando pela primeira República Pós-abolição da escravatura, e analisamos as propostas afirmativas de inclusão que só foram operacionalizadas no século XXI com a Lei 10.639/2003. A partir desse momento refletimos nosso fazer como educador no espaço educacional, Creche Pedacinho Do Amor Boqueirão de Gurinhém PB. Quais medidas foram tomadas e quais desafios devem ser feitos, para que de fato nossas crianças tenham direitos respeitados e possam sorrir, cantar e se expressarem sem serem discriminadas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcia. ; Silva, Geraldo (Geraldo da Silva) . Da Interdição Escola às Ações Educacionais de Sucesso: **Escolas dos Movimentos Negros e Escolas Profissionais**. In: Jeruse Romão. (Org.). História da Educação do Negro e outras histórias. 03 ed. Brasília: MEC - Ministério da Educação e Cultura, 2005, v. 02, p. 65-85

BARROS, S. A. P. . **Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XX**. In: Jeruse Romão. (Org.). História da Educação do Negro e outras histórias. 1ed. Brasília: MEC, 2005, v. , p. 1-278.

BRASIL. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**, Brasília. 2014.

BRASIL. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil**. MEC: 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil/** Ministério da Educação e Desporto, Secretária de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BOTELHO, D. M. . **Lei 10639/2003 e educação quilombola: inclusão educacional e população negra brasileira**. Salto para o Futuro (Online), v. 10, p. 34-39, 2007

CAVALLEIRO, E. . **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000

CRUZ, M. S. . **Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: Jeruse Romão.** (Org.). História da educação do negro e outras histórias. BRASÍLIA: MEC/BID/UNESCO, 2005, v. 6, p. 21-31.

CHAGAS, W.F. **Considerações Legais a Cerca da História e Cultura afro-brasileira no currículo escolar.** In. TELLA, M. A. P. (Org.) . Direitos Humanos, População Afro-Paraibana e Mulheres Negras. 1. ed. João Pessoa: NEABI/UFPB, 2012. v. 2. 76p

FONSECA, Marcus V. . **EDUCAÇÃO E ESCRAVIDÃO: UM DESAFIO PARA A ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA.** Revista Brasileira de História da Educação, Bragança Paulista, v. 4, p. 123-144, 2002.

_____.**Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX.** In: Jeruse Romão. (Org.). A História da educação do negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, 2005, v. p. 93-116.

FELIPE, D. A. ; TERUYA, T. K. . **O NEGRO NO PENSAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930).** Revista HISTEDBR On-line, v. 27, p. 112-126, 2007.

GUIMARÃES, A. S. A. . **Democracia racial.** Cadernos Penesb, Niterói, n.4, p. 33-60, 2002.

LIMA, T. O. . **SEI QUE EXISTE, MAS NÃO QUERO VER: O PRECONCEITO COM CRIANÇAS NEGRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Itinerarius Reflectionis (Online), v. V.01, p. 1-13, 2011

MOREIRA, E. S. . **A construção social do indivíduo negro no âmbito escolar.** 2010;

PERINI, J. A. ; Larissa Bellé . **Bonecas Abayomi e Duchamp: reflexões multiculturais a partir de um currículo inclusivo.** 2011.

TRINDADE, Azoilda Loretto" III. TIn dê Lê Lê: **brinquedos, brincadeiras e a criança afro-brasileira** 08 2012. <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Plano-De-Aula/316380.html>>.